

TRAJETÓRIA DAS DROGAS EM RONDÔNIA: UMA ANÁLISE BASEADA NOS DADOS

Daniel de Souza Correa¹
 David Cassimiro Moreno²
 Edis Leonardo de Assis França³
 Wagner Soares de Lima⁴

Resumo

Este artigo investiga o impacto do tráfico de drogas em Rondônia, destacando sua posição geoestratégica na Amazônia e a influência da proximidade com a Bolívia. A pesquisa, baseada em análise documental e bibliográfica, examina fatores socioeconômicos e geopolíticos que sustentam a consolidação de rotas de tráfico e a atuação de facções criminosas. Os dados evidenciam o aumento expressivo das apreensões de drogas, refletindo tanto o fortalecimento da repressão quanto a adaptação das redes criminosas. Além disso, identificam-se lacunas em políticas públicas voltadas à redução de danos e à inclusão social, ressaltando a necessidade de estratégias integradas entre segurança pública e desenvolvimento comunitário. O estudo conclui que o combate ao narcotráfico exige uma abordagem multidimensional, que combine repressão qualificada, prevenção e políticas sociais eficazes para minimizar os impactos da criminalidade na população local.

Palavras-chave: Tráfico de Drogas; Rondônia; Segurança Pública; Políticas Públicas.

Abstract

This article investigates the impact of drug trafficking in Rondônia, highlighting its geostrategic position in the Amazon and the influence of its proximity to Bolivia. Based on documentary and bibliographic analysis, the research examines socioeconomic and geopolitical factors that support the consolidation of trafficking routes and the presence of criminal organizations. Data reveal a significant increase in drug seizures, reflecting both the strengthening of law enforcement efforts and the adaptability of criminal networks. Moreover, gaps in public policies aimed at harm reduction and social inclusion are identified, emphasizing the need for integrated strategies between public security and community development. The study concludes that combating drug trafficking requires a multidimensional approach that combines targeted repression, prevention, and effective social policies to mitigate the impact of crime on local communities.

Keywords: Drug Trafficking; Rondônia; Public Security; Public Policies.

¹Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: danielzao1981@gmail.com.

²Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: davidcassimiro22@gmail.com.

³ Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: fnroleonardo@gmail.com.

⁴ Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. Especialista em Gestão Pública (UFAL). Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental. e-mail: wagner.soares@ifro.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O tráfico e o uso de drogas constituem problemas estruturais que afetam de maneira contundente diversas regiões do Brasil, incluindo Rondônia, um estado localizado na região amazônica. Inserido em um território estratégico, que faz fronteira com a Bolívia, Rondônia se tornou um corredor de tráfico de drogas, dada sua posição geopolítica e vulnerabilidades socioeconômicas. A complexidade dessa questão está intrinsecamente ligada ao aumento da violência e da insegurança pública, problemas que impactam diretamente as comunidades locais.

Um dos grandes desafios enfrentados pelo estado de Rondônia é a crescente influência do tráfico de drogas e o aumento do consumo de substâncias ilícitas, fenômenos que impactam profundamente a segurança pública, a saúde coletiva e a economia local. Dados recentes apresentados no relatório *Cartografias da Violência na Amazônia (2023)* revelam um panorama preocupante, apontando para padrões específicos de atuação do narcotráfico e suas consequências diretas no território rondoniense.

A relevância desta pesquisa está em analisar os impactos do tráfico e uso de drogas em Rondônia, considerando sua posição estratégica no cenário amazônico e os desafios impostos à segurança pública e ao bem-estar social. A problemática ganha destaque em virtude da forte correlação entre o narcotráfico e o aumento dos índices de violência, além das consequências sociais e econômicas que atingem as populações mais vulneráveis. Diante disso, surge o problema central: como os dados sobre o tráfico e o uso de drogas em Rondônia refletem as dinâmicas locais e podem subsidiar estratégias eficazes de enfrentamento ao narcotráfico e de mitigação dos danos associados ao consumo de substâncias ilícitas?

O objetivo geral deste estudo é analisar os números relacionados ao tráfico e uso de drogas em Rondônia, identificando seus impactos sociais, econômicos e de segurança pública. Para tanto, os objetivos específicos incluem: mapear os padrões de atuação do tráfico de drogas no estado, destacando os fatores socioeconômicos e geográficos que potencializam o problema; avaliar as consequências do uso de substâncias ilícitas para as comunidades locais, com ênfase em populações vulneráveis; e discutir as implicações desses dados para o planejamento e a implementação de políticas públicas integradas e regionalmente adequadas.

Metodologicamente, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de dados secundários obtidos em relatórios oficiais e estudos acadêmicos, com especial atenção ao *Cartografias da Violência na Amazônia (2023)*. Os dados serão analisados com base em categorias previamente definidas, como padrões de tráfico, índices de violência

e impacto nas comunidades, permitindo uma discussão crítica e fundamentada sobre a realidade local.

Embora a análise ainda esteja em curso, espera-se que os resultados preliminares revelem padrões específicos de atuação do narcotráfico em Rondônia, assim como suas consequências diretas para as comunidades afetadas. Esses resultados servirão como base para a proposição de intervenções estratégicas e integradas que considerem as particularidades da região.

A pesquisa está estruturada em quatro seções principais. A primeira seção apresenta a Fundamentação Teórica, abordando conceitos centrais e revisões de literatura sobre o tráfico de drogas e seus impactos sociais e econômicos. A segunda seção descreve a Metodologia utilizada, detalhando o delineamento da pesquisa e os métodos de coleta e análise de dados. Em seguida, a seção de Resultados e Discussão traz as principais descobertas e suas implicações, conectando os dados analisados com o debate teórico. Por fim, a Conclusão sintetiza os achados, apresenta recomendações práticas para políticas públicas e sugere caminhos para futuras investigações.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O tráfico e o uso de drogas configuram questões complexas e interconectadas, que afetam profundamente a segurança pública, a saúde coletiva e a economia, especialmente em regiões como Rondônia. Localizado na Amazônia Legal e fazendo fronteira com a Bolívia, o estado ocupa uma posição geopolítica estratégica no contexto do narcotráfico, atuando como um corredor para a distribuição de drogas. De acordo com o relatório Cartografias da Violência na Amazônia (2023), a proximidade com países produtores, associada à fragilidade das políticas de controle nas fronteiras, torna Rondônia um dos pontos mais críticos na rota do tráfico. Esse contexto evidencia a necessidade de compreender as dinâmicas locais e seus impactos, tanto para subsidiar ações governamentais quanto para promover políticas públicas adequadas às especificidades regionais.

Zaluar (1994) argumenta que o narcotráfico é uma expressão das desigualdades sociais, que perpetuam ciclos de pobreza e exclusão em territórios marginalizados. Em Rondônia, essas desigualdades são amplificadas pela ausência de infraestrutura básica em muitas comunidades e pela limitação de oportunidades econômicas, criando um terreno fértil para a atuação de organizações criminosas. Embora o relatório Cartografias da Violência na

Amazônia (2023) destaque estados como Acre, Amazonas, Roraima e Amapá como epicentros de intensas disputas territoriais, o estado de Rondônia compartilha elementos semelhantes que o posicionam como um território estratégico para o narcotráfico e outros crimes organizados.

Assim como no Acre, Rondônia é palco de uma disputa constante entre facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), além de grupos locais, como o Primeiro Comando Panda (PCP). Essa conexão entre o tráfico de drogas e o aumento da criminalidade também é enfatizada por Silva (2019), que ressalta como a expansão do mercado ilícito em áreas de fronteira contribui para a escalada dos índices de violência, especialmente em regiões com pouca presença do Estado.

Outro ponto relevante é o impacto do consumo de drogas na saúde pública. Souza e Almeida (2020) ressaltam que o uso de substâncias ilícitas acarreta sérias consequências para a saúde mental e física dos usuários, além de sobrecarregar os sistemas de saúde, muitas vezes incapazes de lidar com a alta demanda por tratamento. No caso de Rondônia, essas dificuldades são exacerbadas em comunidades indígenas e ribeirinhas, onde o acesso a serviços de saúde é extremamente limitado. Conforme mencionado no relatório Cartografias da Violência na Amazônia (2023), as populações mais vulneráveis, como indígenas e moradores de áreas rurais, enfrentam barreiras ainda maiores para acessar serviços de saúde e programas de prevenção.

Wacquant (2001), ao abordar o papel do narcotráfico em contextos de exclusão social, enfatiza que as atividades ilícitas muitas vezes se tornam alternativas econômicas para populações que vivem à margem do sistema formal. Em Rondônia, essa dinâmica é evidente, especialmente em municípios menores, onde o tráfico assume um papel quase institucionalizado, controlando não apenas o comércio ilícito, mas também a vida cotidiana das comunidades. Essa ideia é corroborada por Beckert (2017), que aponta que a economia gerada pelo narcotráfico, apesar de ilícita, reforça as desigualdades já existentes, aprofundando a precarização das condições de vida nas regiões afetadas.

Apesar dos esforços governamentais para conter o narcotráfico, o relatório Cartografias da Violência na Amazônia (2023) destaca a insuficiência das políticas públicas atuais, que frequentemente não consideram as especificidades locais. Vargas (2015) observa que “o enfrentamento ao narcotráfico exige não apenas ações repressivas, mas também uma abordagem integrada que inclua prevenção, redução de danos e promoção de alternativas econômicas para as populações afetadas”. Essa abordagem integrada é essencial para

Rondônia, onde o combate ao tráfico precisa ser acompanhado de estratégias educativas e sociais que visem reduzir o consumo e os danos associados às drogas.

Ademais, políticas de redução de danos, como as mencionadas por Vargas (2015), têm se mostrado promissoras na mitigação dos efeitos negativos do uso de substâncias ilícitas, proporcionando um enfoque mais humanizado e eficaz ao tratamento dos usuários. No entanto, conforme aponta o relatório, a implementação dessas políticas em Rondônia enfrenta desafios relacionados à falta de recursos e ao preconceito contra usuários de drogas, que ainda prevalece em muitas esferas sociais.

Em síntese, a literatura evidencia que o tráfico e o uso de drogas em Rondônia são fenômenos complexos, influenciados por fatores econômicos, sociais e geopolíticos. A análise dos dados apresentados pelo relatório *Cartografias da Violência na Amazônia* (2023), em diálogo com estudiosos como Zaluar (1994), Wacquant (2001) e Vargas (2015), destaca a urgência de ações coordenadas e integradas que considerem as peculiaridades locais. Essas ações devem ir além do enfrentamento repressivo, incorporando estratégias de redução de danos, promoção de inclusão social e fortalecimento da fiscalização nas fronteiras, de modo a mitigar os impactos do narcotráfico e promover o bem-estar das populações mais vulneráveis.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, centrada exclusivamente em fontes bibliográficas, com o objetivo de aprofundar a compreensão acerca do tráfico de drogas e das dinâmicas de violência na região amazônica, em especial no estado de Rondônia. De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de materiais já analisados e publicados por diversos autores, como livros, artigos científicos, teses e relatórios oficiais. Esse procedimento permite reunir fundamentos teóricos e empíricos que contribuem para a compreensão de um determinado fenômeno sem recorrer à coleta direta de dados em campo, uma vez que as informações relevantes já se encontram disponíveis em publicações acadêmicas e institucionais.

A seleção do referencial teórico incluiu, primeiramente, o relatório *Cartografias da Violência na Amazônia* (2023), principal fonte de dados desta pesquisa. Complementarmente, foram consultados artigos científicos publicados entre 2019 e 2024, obtidos em bases de dados como SciELO e repositórios institucionais, utilizando palavras-chave como “narcotráfico”, “violência na Amazônia”, “crime organizado” e “segurança pública”. Essa

busca sistemática permitiu mapear os principais estudos recentes sobre o tema, assegurando o embasamento científico necessário para a discussão. A fim de garantir maior clareza e objetividade, priorizaram-se materiais que apresentassem metodologias sólidas e análises contextualizadas.

O Quadro 1 ilustra a distribuição de alguns dos artigos selecionados para fundamentar a pesquisa, indicando o autor, o ano de publicação, o título e a relação com o presente estudo.

Quadro 1 – Distribuição de alguns dos artigos selecionados para fundamentar a pesquisa

Autor	Ano	Título	Relação com a pesquisa
Couto, A. C.	2024	Relações transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia: dos crimes conexos aos desafios da segurança regional	Aborda a dinâmica transfronteiriça do narcotráfico, enfatizando a cooperação internacional como fator relevante para conter o avanço das redes criminosas.
Couto, A. C.	2023	Geografia do narcotráfico e facções do crime organizado na Amazônia	Explora o papel das facções criminosas na reorganização do espaço amazônico, contribuindo para a compreensão dos conflitos na região.
Matos, R. B.	2020	Facções e territorialidades: novos contornos da criminalidade na Amazônia	Analisa como as facções disputam territórios, contribuindo para a compreensão dos conflitos na região
Marques, L. L.	2023	A Agenda de Defesa Brasileira no Trapézio Amazônico: O Combate ao Narcotráfico e às Redes de Crime Organizado na Região	Enfatiza a função da Amazônia como conectora do narcotráfico em diferentes escalas, destacando a necessidade de políticas de defesa integradas.
Rodrigues, L. B.	2022	Aspectos da violência em zonas de baixo controle do Estado: análise sobre o narcotráfico na Amazônia Brasileira	Aborda como a falta de controle estatal intensifica a violência ligada ao narcotráfico, realçando os desafios enfrentados pelas autoridades locais.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir das buscas em bases de dados (2019–2024).

Os dados coletados foram organizados em categorias temáticas que contemplaram aspectos como rotas de tráfico, presença de facções criminosas, apreensão de drogas e armas, vulnerabilidade socioeconômica e respostas institucionais. Para cada categoria, foram elaborados fichamentos detalhados, de modo a consolidar as informações de forma sistemática e facilitar a posterior análise. Essa etapa foi fundamental para estabelecer relações entre os diversos autores consultados e o contexto prático evidenciado pelas entrevistas e pelo relatório oficial.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, essa abordagem bibliográfica demonstrou-se adequada para a exploração do tema, pois forneceu variedade de perspectivas — sejam elas teóricas, empíricas ou institucionais — sobre a problemática do tráfico de drogas em Rondônia. A análise qualitativa dos trabalhos selecionados possibilitou, ainda, a identificação de convergências e divergências entre os autores, bem como lacunas de conhecimento, contribuindo para delinear caminhos futuros de investigação. Por não envolver coleta direta de dados, a confiabilidade das informações se apoiou na consistência dos estudos originais e na procedência das fontes escolhidas.

Em suma, a opção metodológica por uma pesquisa exclusivamente bibliográfica atendeu ao propósito de reunir, sistematizar e interpretar dados já disponíveis sobre o narcotráfico na Amazônia e suas implicações em Rondônia. Tal procedimento reforça a importância de estudos que adotem uma perspectiva interdisciplinar, unindo conhecimentos de áreas como a segurança pública, a sociologia, a criminologia e a economia, de modo a embasar propostas de intervenção e políticas públicas mais adequadas às realidades locais.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1. O Tráfico de Drogas e a Dinâmica Criminal na Fronteira Amazônica

O tráfico de drogas e outros crimes associados, como o tráfico de armas e a migração ilegal, têm se intensificado ao longo da fronteira amazônica nas últimas décadas, fortalecendo a presença do crime organizado na região. O relatório Cartografias da Violência na Amazônia (2023) aponta que Rondônia desempenha um papel estratégico dentro dessas redes criminosas, funcionando como um corredor logístico fundamental para o narcotráfico. Esse cenário se deve, principalmente, à sua posição geográfica privilegiada, sua proximidade com a Bolívia e à presença de rodovias, hidrovias e pistas clandestinas utilizadas para o transporte de entorpecentes e armas ilegais. Esse fenômeno se alinha à análise de Wacquant (2001), que discute como a ausência do Estado em determinadas regiões propicia a consolidação de mercados ilícitos, permitindo que organizações criminosas assumam funções que, em outras circunstâncias, seriam responsabilidade do poder público.

A Tabela 1 demonstra como Rondônia apresentou uma trajetória oposta à tendência de queda na taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI) observada na maior parte dos estados da Amazônia Legal. Enquanto a região registrou uma redução de -1,7% entre 2021 e 2022,

passando de 34,4 para 33,8 por 100 mil habitantes, Rondônia avançou de 30,1 para 34,3 por 100 mil habitantes, indicando um incremento de 14%.

Tabela 1 – Mortes Violentas Intencionais em Rondônia

Indicador	2021	2022
Número absoluto de MVI	475	542
Taxa (por 100 mil habitantes)	30,1	34,3
Varição em relação ao ano anterior	–	+14%
Posição entre os Estados da Amazônia Legal	–	4º lugar*

*Considerando a taxa de 34,3 por 100 mil, Rondônia ocupa o 4º lugar em 2022 (entre os 9 Estados da Amazônia Legal), ficando atrás de Amapá, Amazonas e Pará.

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em termos absolutos, as mortes violentas saltaram de 475 para 542 no mesmo período, distanciando-se não apenas da discreta queda regional, mas também da média nacional, que recuou -2,6%. Apesar de não figurar entre as três taxas mais elevadas da Amazônia Legal, o estado ocupa a quarta posição (34,3) e permanece acima da média brasileira (23,3), evidenciando um quadro de violência letal preocupante.

Esse crescimento na contramão da tendência geral sugere a existência de fatores locais que potencializam a criminalidade, exigindo respostas específicas das autoridades de segurança pública. A alta taxa de MVI reforça a necessidade de políticas de prevenção e repressão que envolvam ações de inteligência, controle de armas e combate a grupos criminosos, bem como iniciativas sociais e urbanísticas que reduzam vulnerabilidades. Cabe ainda considerar os desafios inerentes à região amazônica — tais como conflitos agrários, tráfico de drogas, garimpo ilegal e ausência de infraestrutura de segurança em áreas remotas —, os quais também afetam o panorama de violência.

A complexidade da presença estatal nas áreas de fronteira amazônica transcende a simples noção de "ausência do Estado". O Cartografias da Violência na Amazônia (2023) destaca que, nesses territórios, a atuação do poder público muitas vezes se apresenta de forma fragmentada e desarticulada, tornando-se incapaz de responder de maneira eficaz às dinâmicas do crime organizado. Em vez de uma ausência completa, há uma presença seletiva do Estado, onde investimentos em segurança podem aumentar sem, no entanto, gerar uma proteção real para a população local ou mitigar a expansão das redes criminosas. Essa fragilidade institucional permite que atores não estatais, como facções criminosas, assumam funções de controle social e segurança paralela, disputando não apenas territórios, mas

também a própria legitimidade do poder. Assim, a fronteira amazônica não se caracteriza apenas como um espaço de vazio estatal, mas como um cenário de conflitos pela governança do território, onde interesses políticos e econômicos ilegais moldam as relações sociais e desafiam constantemente a soberania nacional.

A conexão entre Brasil, Peru e Bolívia torna a região uma das principais rotas de escoamento de drogas. Estados como Acre, Amazonas e Rondônia se destacam como áreas estratégicas, pois possuem infraestrutura que facilita o deslocamento dos entorpecentes para outros estados e até mesmo para fora do país. Entre os principais municípios envolvidos na logística do tráfico, destacam-se Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Manaus (AM), considerados “nós estruturantes” dentro dessa rede criminosa. Esses centros urbanos funcionam como pontos de distribuição, onde as drogas chegam por vias terrestre, fluvial ou aérea e, posteriormente, seguem para mercados consumidores internos e internacionais. Como apontam Souza e Almeida (2020), as grandes cidades acabam se tornando polos do narcotráfico não apenas por sua infraestrutura de transporte, mas também pela existência de mercados consumidores significativos, onde a demanda sustenta e impulsiona a expansão das redes criminosas.

Contudo, não são apenas as capitais que desempenham papel relevante nesse esquema. Cidades de médio e pequeno porte também vêm sendo incorporadas ao sistema do narcotráfico, atuando como pontos de armazenamento, refúgio para integrantes de facções e até mesmo mercados locais para a venda de drogas. Em Rondônia, municípios como Guajará-Mirim, Costa Marques, Nova Mamoré e São Francisco do Guaporé, todos próximos à Bolívia, são frequentemente citados em investigações como áreas de passagem de entorpecentes. Essas cidades possuem acesso facilitado ao país vizinho, o que contribui para a movimentação clandestina de drogas e armas. Segundo Wacquant (2001), a falta de controle estatal nessas regiões permite que grupos criminosos criem um sistema paralelo de governança, no qual a economia do crime se estabelece e se fortalece como alternativa viável para populações marginalizadas, muitas vezes sem acesso a outras formas de sustento.

Além das cidades fronteiriças, municípios do eixo da BR-364, como Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal e Ariquemes, têm apresentado um crescimento preocupante nas ocorrências de crimes relacionados ao narcotráfico. Essas localidades servem como corredores internos para o transporte de drogas que seguem do estado rumo ao Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Segundo Silva (2019), a estrutura viária da Amazônia, associada à deficiência na fiscalização, contribui significativamente para a operacionalização do crime organizado, uma vez que facilita o transporte de cargas ilícitas por caminhões, balsas e veículos de passeio. Como

argumentam Souza e Almeida (2020), o narcotráfico não se desenvolve apenas onde há mercados consumidores, mas também onde há facilidades logísticas e vulnerabilidades institucionais, fatores presentes em muitas áreas de Rondônia e da Amazônia como um todo.

Esse cenário evidencia a necessidade de estratégias mais eficazes de controle das rotas utilizadas pelo narcotráfico e de fortalecimento das instituições públicas responsáveis pela fiscalização dessas áreas. Como demonstrado por Wacquant (2001), a atuação do Estado em territórios historicamente marginalizados é essencial para reduzir a influência do crime organizado e limitar sua capacidade de estruturar economias ilícitas. Em Rondônia, essa presença deve ser intensificada tanto na repressão ao tráfico quanto na implementação de políticas sociais que minimizem a vulnerabilidade das populações locais, reduzindo sua dependência da economia criminosa.

4.2. Drogas Apreendidas: O Crescimento das Apreensões e o Papel de Rondônia na Logística do Tráfico

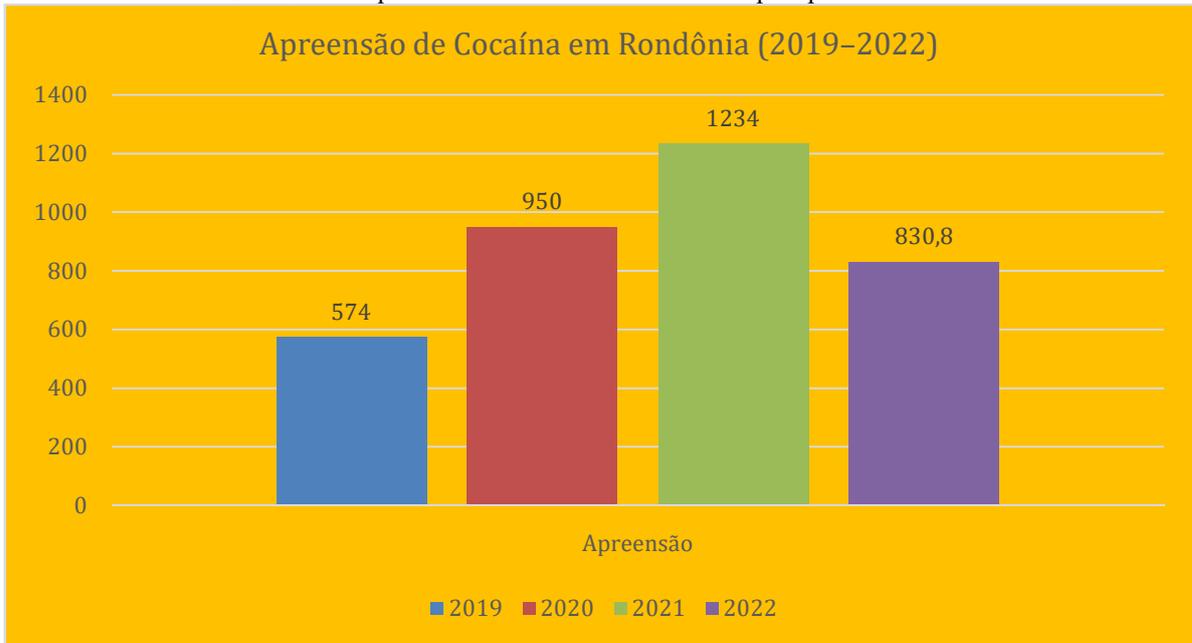
A apreensão de drogas na Amazônia Legal apresentou um crescimento expressivo entre 2019 e 2022, particularmente no que se refere à cocaína, evidenciando tanto um aumento na fiscalização quanto uma intensificação das atividades do narcotráfico na região. Os dados das Secretarias Estaduais de Segurança Pública apontam que, nesse período, o volume total apreendido pelas polícias estaduais aumentou 194,1%, atingindo 20,4 toneladas em 2022, com um pico de 23,4 toneladas no ano anterior. Esse avanço nas apreensões reflete a tentativa do Estado de conter um fenômeno que continua a se expandir rapidamente, impulsionado pelo fortalecimento das facções criminosas e pela estruturação de rotas transfronteiriças para o tráfico de drogas (COUTO, 2023).

Entre os estados da Amazônia Legal, Rondônia se destaca como uma peça-chave na logística do narcotráfico, tanto pelo seu posicionamento geográfico quanto pela sua infraestrutura rodoviária e fluvial, que facilita a circulação de entorpecentes. Em 2022, foram apreendidos 830,8 kg de cocaína no estado, representando um aumento de 44,7% em relação a 2019. Esse crescimento nas apreensões acompanha a tendência observada na região amazônica como um todo, onde a Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou um aumento de 777,4% nas apreensões de cocaína entre 2019 e 2022, totalizando 28,6 toneladas no último ano analisado. Rondônia aparece entre os estados com os maiores volumes confiscados, com 6,2 toneladas apreendidas pela PRF, superando o Pará, que registrou 1,7 tonelada. Esses

números indicam que o estado não apenas faz parte da rota de passagem das drogas, mas também se tornou um dos principais pontos de interceptação das forças de segurança.

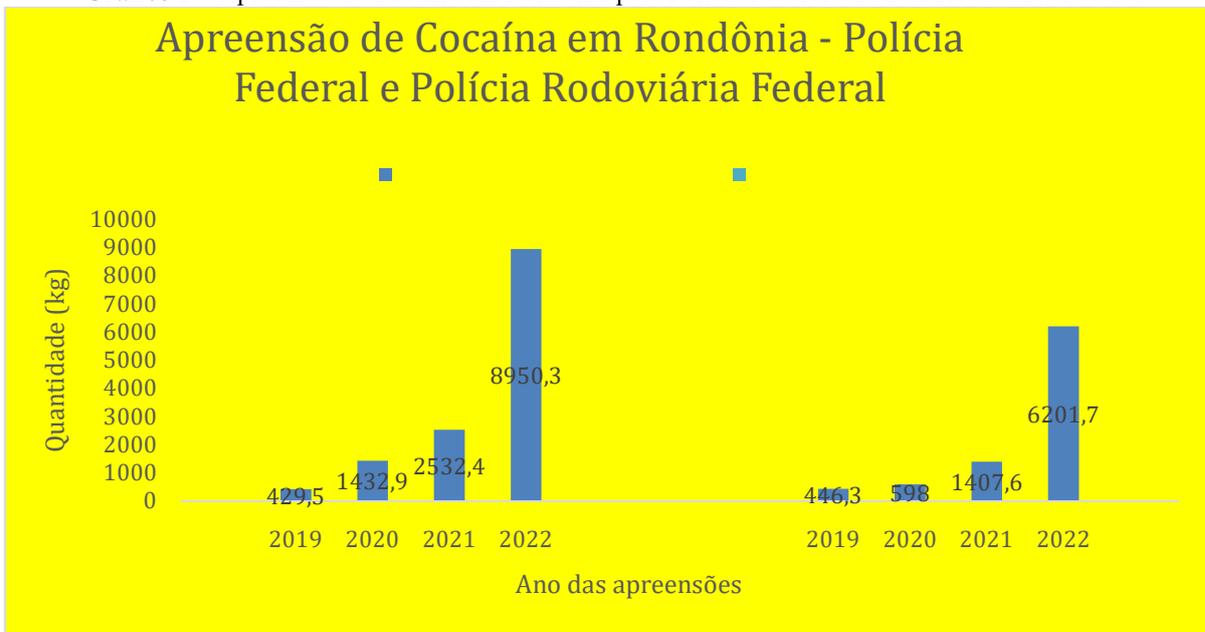
Conforme o Gráfico 1, a evolução das apreensões de cocaína em Rondônia foi significativa e demonstra a eficácia da atuação do Estado. Enquanto o Gráfico 2 demonstra a atuação da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal em Rondônia.

Gráfico 1 – Apreensão de Cocaína em Rondônia pela polícia estadual



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Gráfico 2 – Apreensão de Cocaína em Rondônia pela Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal

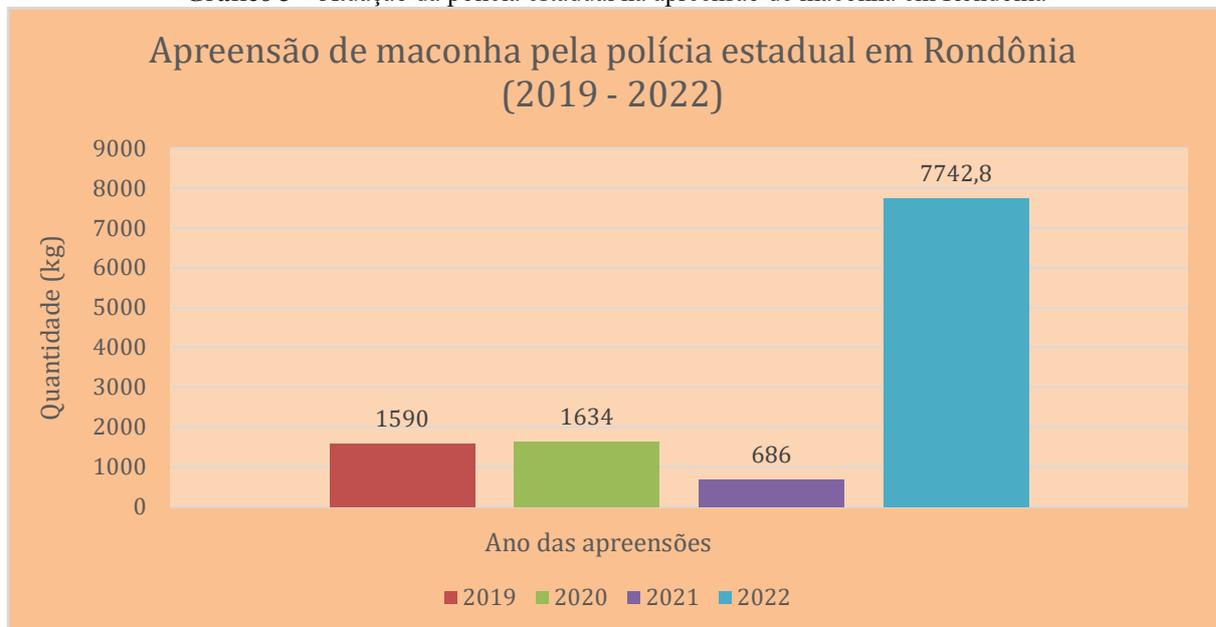


Fonte: Secretarias de Segurança Pública e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A tendência de crescimento nas apreensões também se verifica no caso da maconha. Entre 2019 e 2022, o volume total confiscado na Amazônia Legal alcançou 29 toneladas, um aumento de 69,7% no período. No entanto, a variação entre os estados foi significativa. Rondônia, mais uma vez, apresentou um dos crescimentos mais expressivos, saltando de 1.590 kg em 2019 para 7.742 kg em 2022, um aumento de 387%. Esse aumento pode estar relacionado tanto à ampliação da fiscalização no estado quanto à crescente utilização do território rondoniense como corredor logístico para o tráfico de drogas que seguem em direção a outras regiões do Brasil.

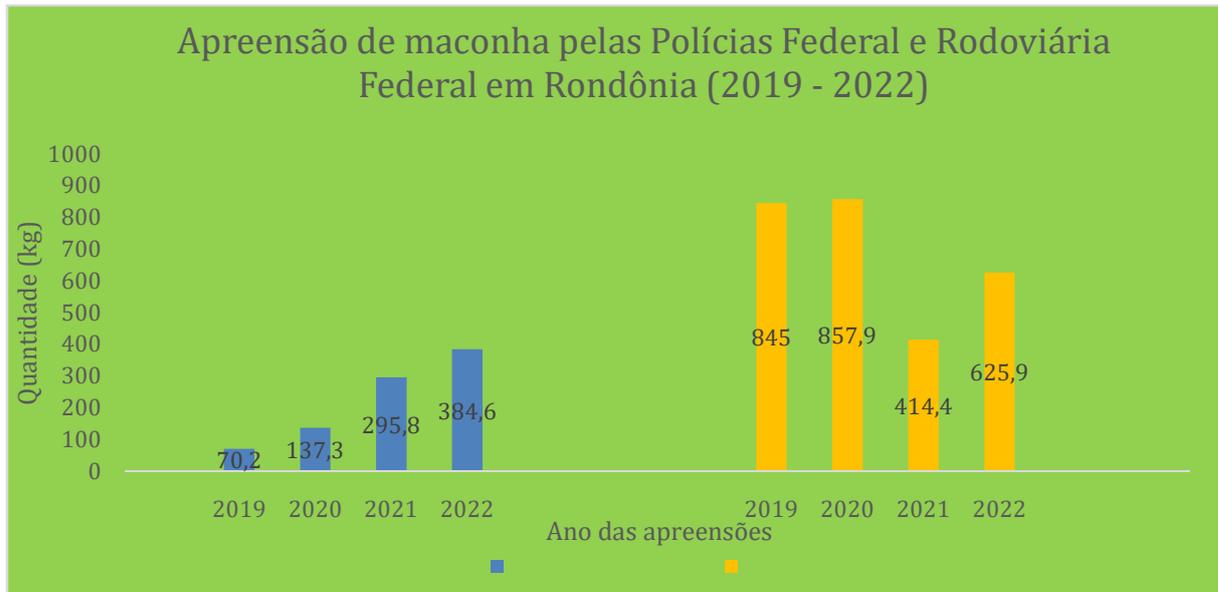
O Gráfico 3 ilustra essa tendência expressiva no estado de Rondônia. Logo abaixo o Gráfico 4 deixa evidente a diferença na atuação pelas polícias Federal e Rodoviária Federal quanto a apreensão da maconha em Rondônia.

Gráfico 3 – Atuação da polícia estadual na apreensão de maconha em Rondônia



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Gráfico 4 – Atuação da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal na apreensão de maconha em Rondônia



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A análise desses números indica que, apesar do aumento das apreensões, as organizações criminosas continuam a adaptar suas estratégias para evitar a repressão estatal. Segundo Marques (2023), a repressão ao narcotráfico frequentemente leva à diversificação das rotas de transporte e ao refinamento das estratégias logísticas empregadas pelos traficantes. No contexto amazônico, a geografia da região favorece essa flexibilidade operacional, permitindo que as facções utilizem rodovias secundárias, vias fluviais e até pistas clandestinas para evitar os pontos de fiscalização mais monitorados.

Esse fenômeno é analisado por Couto (2023), que discute a resiliência das redes criminosas na Amazônia e sua capacidade de reorganização diante do aumento da repressão estatal. De acordo com o autor,

"o narcotráfico na Amazônia brasileira não é um fenômeno estático, mas sim um sistema dinâmico que se reorganiza conforme a intensificação das ações de controle e fiscalização. O aumento das apreensões não significa necessariamente uma redução do tráfico, mas sim a necessidade das facções de diversificarem suas rotas e táticas operacionais" (COUTO, 2023).

Esse cenário reforça a ideia de que, embora as forças de segurança tenham registrado avanços nas apreensões, o tráfico de drogas não está diminuindo, mas sim se adaptando a novas condições. Em Rondônia, essa adaptação pode ser observada no crescente uso de estradas vicinais para o transporte de drogas, bem como na incorporação de pequenos municípios ao circuito do narcotráfico. Cidades como Guajará-Mirim, Costa Marques, Nova Mamoré e São Francisco do Guaporé, todas próximas à fronteira com a Bolívia, têm sido identificadas como pontos de armazenamento, distribuição e escoamento de entorpecentes.

Diante desse contexto, as autoridades enfrentam um duplo desafio: manter a eficiência das operações de combate ao tráfico e impedir que as facções criminosas se reorganizem para explorar novas rotas e métodos de distribuição. A análise dos dados reforça a necessidade de um monitoramento contínuo das estratégias empregadas pelos grupos criminosos, bem como a importância da cooperação interestadual e internacional para um enfrentamento eficaz do narcotráfico na Amazônia.

4.3. Facções Criminosas e Disputa Territorial

A presença e atuação de facções criminosas na Amazônia Legal têm sido um dos principais fatores que impulsionam o aumento da violência e a consolidação do narcotráfico na região. O relatório *Cartografias da Violência na Amazônia (2023)* aponta que estados como Acre, Amazonas e Roraima apresentam intensas disputas territoriais entre grupos criminosos, refletindo diretamente no crescimento dos índices de homicídios e crimes violentos. Embora Rondônia não esteja entre os estados com maior número de confrontos diretos, a presença consolidada de facções no estado demonstra sua relevância dentro da logística do tráfico, especialmente na fronteira com a Bolívia. A disputa pelo controle de rotas de escoamento de drogas e armas tem levado ao aumento de crimes violentos e à intensificação da economia ilegal em diversas cidades rondonianas.

A expansão das facções criminosas em Rondônia pode ser compreendida como um reflexo da fragilidade da presença estatal e da ausência de políticas públicas eficazes para conter o avanço do crime organizado. Silva (2019) discute como a falta de controle estatal cria um ambiente propício para que facções criminosas assumam funções que deveriam ser exercidas pelo poder público, como mecanismos de segurança paralela e assistência social informal. Esse fenômeno é evidente em municípios estratégicos de Rondônia, onde o domínio de facções como Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando Panda (PCP) influencia diretamente o cotidiano da população, ampliando a dependência da economia do crime.

A tabela abaixo foca em quantos municípios cada facção controla sozinha ou disputa com outras, ajudando a ter uma visão geral da dominância no estado.

Tabela 2 – Presença das facções em municípios do estado de Rondônia

Facção	Municípios Controlados*	Municípios em Disputa	Total de Municípios com Presença
---------------	--------------------------------	------------------------------	---

Facção	Municípios Controlados*	Municípios em Disputa	Total de Municípios com Presença
PCC	12	6 (Costa Marques, Porto Velho, Chupinguaia, Novo Horizonte do Oeste, São Francisco do Guaporé, Seringueiras)	18
CV	4	5 (Costa Marques, Porto Velho, Chupinguaia, São Francisco do Guaporé, Seringueiras)	9
PCP	2	2 (Novo Horizonte do Oeste, São Francisco do Guaporé)	4

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Instituto Mãe Crioula - IMC/FBSP (2023).

Nesse contexto, entre os municípios controlados exclusivamente pela facção PCC, estão Cabixi, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Nova Brasilândia d'Oeste, Rolim de Moura, Vilhena, Alvorada d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Governador Jorge Teixeira e Primavera de Rondônia. Por outro lado, Corumbiara, Campo Novo de Rondônia, Pimenteiras do Oeste e Acrelândia são de domínio exclusivo do Comando Vermelho (CV), enquanto Alta Floresta d'Oeste e Nova Mamoré encontram-se sob controle do Primeiro Comando Panda (PCP).

No que se refere aos municípios em disputa, Costa Marques, Porto Velho, Chupinguaia e Seringueiras sofrem a influência tanto do CV quanto do PCC; já Novo Horizonte do Oeste divide-se entre PCC e PCP, enquanto São Francisco do Guaporé é o único local em que há uma disputa envolvendo as três organizações criminosas (CV, PCC e PCP). Cabe destacar ainda que tais conflitos se intensificam ao longo das rodovias federais que atravessam Rondônia (BR-364, BR-425 e BR-429), importantes corredores de tráfico que ligam a Bolívia ao Brasil.

De acordo com Marques (2023), a disputa entre facções na Amazônia se intensifica em regiões onde há menor controle governamental, favorecendo a instalação de redes criminosas e a exploração de mercados ilícitos. O domínio dessas rotas é crucial para as facções, uma vez que garante o escoamento seguro das drogas para outros estados e até mesmo para mercados internacionais. Essa territorialização do crime não apenas fortalece o tráfico de drogas, mas também impacta diretamente a segurança pública, gerando conflitos violentos e aumentando a vulnerabilidade da população local (COUTO, 2023).

Contudo, o Cartografias da Violência na Amazônia (2023) defende que o poder público nessas áreas muitas vezes atua de maneira desconexa e fragmentada, sem capacidade

de responder de forma consistente ao crescimento do crime organizado. Não se trata, portanto, de uma inexistência total de políticas, mas de uma presença seletiva, na qual investimentos pontuais em segurança não se convertem necessariamente em proteção efetiva para a população local nem em contenção das redes criminosas. Essa debilidade institucional abre espaço para que facções desempenhem funções típicas de controle social e segurança paralela, competindo não apenas pelo domínio territorial, mas também pela legitimidade do poder. Nesse sentido, a fronteira amazônica deixa de ser apenas um “vazio” de Estado e emerge como um palco de disputas pela governança do território, onde atores políticos e econômicos ilegais reconfiguram constantemente as relações de poder, desafiando a soberania nacional.

O impacto da disputa territorial entre facções é perceptível na escalada da violência urbana e rural. Os homicídios ligados ao tráfico de drogas, muitas vezes caracterizados por execuções e confrontos diretos entre grupos rivais, tornaram-se cada vez mais frequentes em Rondônia.

Além disso, a ampliação da economia ilegal impulsionada pelas facções inclui não apenas o tráfico de drogas, mas também crimes como roubo de cargas, contrabando de armas e exploração de atividades ilegais em áreas de garimpo. Esse padrão de atuação segue a lógica observada por Zaluar (1994), que já alertava para a relação entre narcotráfico e exclusão social, destacando que a inserção de jovens e comunidades inteiras nas redes do tráfico está associada à falta de oportunidades econômicas legítimas. Esse cenário também se aplica a Rondônia, onde as facções recrutam novos membros a partir de populações vulneráveis, perpetuando ciclos de violência e criminalidade.

A falta de presença efetiva do Estado em regiões periféricas da Amazônia contribui significativamente para o crescimento do crime organizado, dificultando a implementação de políticas públicas de segurança e desenvolvimento social (RODRIGUES, 2022). A ausência de fiscalização contínua em áreas de fronteira e a precariedade das operações de inteligência favorecem a mobilidade das facções e a diversificação de suas atividades ilícitas. A territorialização das facções em Rondônia demonstra como o narcotráfico se estrutura não apenas com base no tráfico de entorpecentes, mas também no controle do território e no estabelecimento de uma rede criminosa altamente organizada.

Diante desse cenário, torna-se fundamental adotar estratégias integradas para o enfrentamento da criminalidade em Rondônia. Medidas como o fortalecimento das instituições públicas, a ampliação da presença estatal em áreas vulneráveis e a criação de operações conjuntas entre as forças de segurança federais e estaduais são essenciais para conter a expansão das facções e reduzir a violência associada ao narcotráfico. Além disso, o

controle das rotas estratégicas utilizadas pelas organizações criminosas deve ser uma prioridade, a fim de dificultar a circulação de drogas e armamentos na região. Como destaca Couto (2023), "o narcotráfico na Amazônia brasileira não é um fenômeno estático, mas sim um sistema dinâmico que se reorganiza conforme a intensificação das ações de controle e fiscalização".

A análise dos dados demonstra que Rondônia desempenha um papel estratégico na logística do narcotráfico na Amazônia, e sua crescente disputa territorial entre facções reforça a necessidade de um monitoramento contínuo e da implementação de medidas estruturais para conter a influência do crime organizado. Se ações eficazes não forem tomadas, a tendência é que a disputa entre os grupos criminosos se intensifique, ampliando os impactos da violência e comprometendo ainda mais a segurança da população rondoniense.

5 CONCLUSÃO

A análise dos dados sobre o tráfico e o uso de drogas em Rondônia evidencia a complexidade de um fenômeno que combina fatores socioeconômicos, geopolíticos e institucionais. O posicionamento estratégico do estado na fronteira com a Bolívia, aliado às fragilidades na fiscalização e à presença seletiva do Estado em áreas periféricas, contribui para a consolidação de rotas de escoamento de entorpecentes. Nesse cenário, a atuação de facções criminosas, que disputam territórios e exercem controle social paralelo, agrava a violência e a insegurança pública, impactando negativamente o bem-estar das comunidades locais, sobretudo as mais vulneráveis.

Os números crescentes de apreensões de cocaína e maconha, embora revelem um esforço de repressão por parte das forças de segurança, não indicam necessariamente a redução do tráfico. Ao contrário, apontam para a capacidade de adaptação das redes criminosas, que deslocam rotas e métodos operacionais para manter a circulação de drogas e armas. Esse contexto reforça a necessidade de estratégias integradas que combinem ações de repressão, fortalecimento institucional e políticas sociais, de modo a oferecer alternativas econômicas e de inclusão às populações historicamente marginalizadas.

Do ponto de vista teórico, os achados confirmam as reflexões de autores como Zaluar (1994), Wacquant (2001) e Vargas (2015), ao evidenciarem a importância de compreender o narcotráfico como resultado de desigualdades estruturais e fragilidade do poder público em regiões de fronteira. A ausência de políticas efetivas de prevenção e redução de danos,

juntamente com o déficit de investimentos em educação, saúde e desenvolvimento socioeconômico, perpetua os ciclos de exclusão, transformando o tráfico em uma das poucas fontes de renda para muitos indivíduos.

Nesse sentido, as análises desenvolvidas neste estudo destacam a urgência de políticas públicas que articulem segurança, justiça e assistência social. Recomenda-se, ainda, o fortalecimento dos mecanismos de inteligência e cooperação interestadual e internacional, uma vez que o tráfico transcende os limites territoriais de Rondônia, configurando-se como uma rede complexa que envolve diversas regiões e países. Por fim, sugerem-se novas pesquisas que aprofundem o mapeamento das dinâmicas locais do narcotráfico, privilegiando metodologias mistas (quantitativas e qualitativas) e estudos de caso em comunidades vulneráveis, com vistas a subsidiar propostas de enfrentamento mais sustentáveis e alinhadas às particularidades da Amazônia rondoniense.

REFERÊNCIAS

- BECKERT, Jens. **Imagined futures: fictional expectations and capitalist dynamics**. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da Violência na Amazônia**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023.
- COUTO, A. C. **Relações transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia: dos crimes conexos aos desafios da segurança regional**. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13591>. Acesso em 16 dez 2024.
- _____. **Geografia do narcotráfico e facções do crime organizado na Amazônia**. 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/13828>. Acesso em 16 dez 2024.
- MARQUES, L. L. **A Agenda de Defesa Brasileira no Trapézio Amazônico: o combate ao narcotráfico e às redes de crime organizado na região**. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/135636>. Acesso em 20 dez 2024.
- MATOS, R. B. **Facções e territorialidades: novos contornos da criminalidade na Amazônia**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/Fms8MVLhx8YRCCyTBdbKq3t/>. Acesso em 20 dez 2024.
- RODRIGUES, L. B. **Aspectos da violência em zonas de baixo controle do Estado: análise sobre o narcotráfico na Amazônia Brasileira**. 2022. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/10204>. Acesso em 14 dez 2024.
- SILVA, José Carlos da. **Dinâmicas do narcotráfico e os impactos nas regiões de fronteira**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 45–68, 2019.
- SOUZA, Maria Clara; ALMEIDA, Roberto Silva. Impactos do consumo de drogas na saúde pública brasileira: desafios e perspectivas. *Revista Saúde Coletiva*, Brasília, v. 25, n. 4, p. 78–94, 2020.
- VARGAS, João Paulo. **Narcotráfico e políticas públicas: a busca por uma abordagem integrada**. *Estudos de Segurança Pública*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 89–110, 2015.
- WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.